

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ADRIANA CASTELO BRANCO DE SIQUEIRA

**“DIREITO” DE TORTURAR?  
ANÁLISE DA LEI N. 9.455/97, LEI ANTI-TORTURA: APLICABILIDADE NO  
ESTADO DO PIAUÍ**

Teresina  
2003

ADRIANA CASTELO BRANCO DE SIQUEIRA

**“DIREITO” DE TORTURAR?  
ANÁLISE DA LEI N. 9.455/97, LEI ANTI-TORTURA: APLICABILIDADE NO  
ESTADO DO PIAUÍ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito, Curso de Pós-Graduação em Filosofia e Teoria Geral do Direito, Universidade Federal de Pernambuco, em convênio com a Universidade Federal do Piauí e Escola Superior de Advocacia do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Oliveira

Teresina

2003

ADRIANA CASTELO BRANCO DE SIQUEIRA

**“DIREITO” DE TORTURAR?  
ANÁLISE DA LEI N. 9.455/97, LEI ANTI-TORTURA: APLICABILIDADE NO  
ESTADO DO PIAUÍ**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade Federal de Pernambuco, em convênio com a Universidade Federal do Piauí e Escola Superior de Advocacia do Piauí.

---

---

---

Teresina, fevereiro de 2003.

A meus pais e a Francisca, pelas lições  
de vida ensinadas.  
A meus sobrinhos.  
A meus amigos.

Agradeço a Deus, fonte de vida; a meus  
amigos da Comissão de Direitos  
Humanos da Ordem dos Advogados do  
Brasil-Secção Piauí; à Silvana e José  
Nelson pelo tempo roubado de suas  
companhias; à Regina Coelli, amiga que  
encontrei na sala de aula do Mestrado;  
aos mestres que muito se empenharam  
ao meu aprendizado, e; especialmente  
ao meu ilustre mestre Luciano Oliveira,  
pela dedicação e sapiência concedidas.

Consultemos, pois, o coração humano;  
acharemos nele os princípios  
fundamentais do direito de punir.

Cesare Beccaria

## **RESUMO**

A presente dissertação é um estudo avaliativo da aplicabilidade da Lei n. 9.455/97 (Lei Anti-tortura) no Estado do Piauí, através da análise dos casos de tortura denunciados após a edição da mesma. Após a definição do termo “tortura”, a sua prática no Brasil foi historiada, destacando-se o período da Ditadura Militar nesse país. Os aspectos da tortura foram buscados, principalmente, na obra de Cesare Beccaria. Referida ao princípio da dignidade humana, este princípio foi considerado tal como enunciado na Constituição Federal brasileira. Foi realizada, ainda, uma análise da Lei n. 9.455/97. O estudo permitiu a elaboração do quadro de casos de tortura denunciados no Estado do Piauí, após a edição da referida Lei, bem como um perfil daqueles que chegaram a se transformar em processos judiciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tortura; Lei n. 9.455/97; Lei Anti-tortura; Casos de tortura no Piauí; Tortura em Beccaria; Princípio da dignidade da pessoa humana.

## **ABSTRACT**

The present abstract is an estimated study of the applicability of the Law n. 9.455/97 (The Anti-torture Law) in the State of Piauí, through the analysis of the cases of torture denounced after the publication of the law quoted before. After the definition of the term “torture”, its practice in Brazil was historically narrated, standing out the period of the Military Dictatorship in this Country. The aspects of the torture were mainly researched in the Cesare Beccaria’s masterpiece. Alluded to the Principle of the Human Dignity, this principle was considered just like stated in the Brazilian Federal Constitution. It was also carried out an analysis of the Law n. 9.455/97. The study allowed the elaboration of a list of cases of torture denounced in the State of Piauí, after the publication of the referred law, as well as a profile of those which became judicial lawsuits.

**KEY-WORDS:** Torture; Law n. 9.455/97; The Anti-torture Law; Cases of Torture in Piauí; Torture by Beccaria; The Principle of the Human Dignity.